



DOCUMENTO DE POSIÇÃO

OTIMIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA EM ÁFRICA: CONSTRUIR CONFIANÇA, CREDIBILIDADE ORÇAMENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Março de 2026

Enquadramento do Problema

As ambições de desenvolvimento de África continuam a ultrapassar os recursos internos disponíveis, tornando o endividamento soberano um instrumento inevitável da política orçamental. O problema político não é o endividamento em si, mas sim a fraca governação da dívida. Em muitos países africanos, o aumento dos custos do serviço da dívida, a fragmentação das operações e registos de gestão da dívida, a divulgação pública limitada e as ligações fracas entre o endividamento e resultados de desenvolvimento mensuráveis têm-se combinado para reduzir a margem orçamental e minar a confiança nas instituições públicas.

Quando os cidadãos, os investidores, os órgãos legislativos e os parceiros de desenvolvimento não conseguem perceber claramente o que foi contraído, em que condições, para que projetos e com que resultados, a dívida passa rapidamente de uma ferramenta de desenvolvimento para uma fonte de suspeita e de vulnerabilidade macro-orçamental. O resultado é um fosso de credibilidade cada vez maior: os governos precisam da dívida para financiar a transformação, mas a fraca governação em torno da dívida reduz a confiança do público nas próprias instituições responsáveis por essa transformação.

Contexto e Impacto

A apresentação na conferência sobre a otimização da dívida soberana salientou que a gestão da dívida deve ser entendida num contexto de incerteza global, condições de financiamento mais restritivas, rápido crescimento populacional, vulnerabilidade climática e grandes necessidades de investimento para o desenvolvimento sustentável. Destacou também a importância prática das estratégias de dívida a médio prazo, da análise da sustentabilidade da dívida e de ligações mais fortes entre as opções de financiamento e reformas mais abrangentes da gestão das finanças públicas (PFM).

A análise do FMI revelou que a dívida pública na África Subsariana subiu para níveis observados pela última vez no início da década de 2000, enquanto os relatórios do Banco Mundial indicam que as vulnerabilidades da dívida permanecem elevadas nos países africanos elegíveis para a AID. Ao mesmo tempo, o défice de financiamento do desenvolvimento continua a ser da ordem dos biliões de dólares anualmente. Estas pressões significam que os governos devem contrair empréstimos de forma mais estratégica, comunicar com maior transparência e gerir os riscos de forma mais proativa.

O impacto político de acertar nesta matéria é significativo. Uma melhor governação da dívida melhora a credibilidade fiscal, reduz a incerteza, reforça a confiança dos investidores, apoia a estabilidade macroeconómica e ajuda a proteger as despesas sociais de serem preteridas pelo serviço da dívida. Coloca também o Gabinete do Contabilista-Geral numa posição mais forte para apoiar a visibilidade fiscal de todo o governo, a prestação de contas sobre passivos e a responsabilização baseada em dados concretos.

Soluções políticas

A AAAG propõe defender uma agenda de reformas em cinco partes que transforme a gestão da dívida soberana de uma função restrita do Tesouro num pilar visível da construção de confiança e da governação do desenvolvimento.

- 1) Adotar quadros abrangentes de transparência da dívida que divulguem o stock total da dívida, o perfil do serviço da dívida, as garantias, os passivos contingentes, os acordos de repasse de crédito e os principais termos da dívida, através de relatórios públicos regulares e painéis de controlo acessíveis. A informação sobre a dívida deve ser reconciliada entre os sistemas do Tesouro, da dívida, do orçamento e de contabilidade e apresentada em formatos acessíveis ao parlamento, aos mercados, aos cidadãos e à sociedade civil.
- 2) Reforçar a integração da gestão da dívida com a elaboração do orçamento, a gestão de tesouraria, as previsões macrofiscais, a gestão do investimento público e a comunicação de riscos fiscais, de modo a que

as decisões de endividamento sejam avaliadas em função da sustentabilidade financeira e do valor a longo prazo. As decisões relativas à dívida devem ser avaliadas não só em termos de custo, mas também no que diz respeito à estrutura de vencimentos, ao risco cambial, ao risco de taxa de juro e à pressão de refinanciamento.

- 3) Vincular o endividamento a resultados produtivos e mensuráveis, exigindo uma avaliação mais rigorosa dos projetos, uma análise ex post do desempenho e uma divulgação clara de como os investimentos financiados pela dívida apoiam o crescimento, a resiliência e a prestação de serviços. O novo endividamento deve estar claramente ligado à formação de capital de alto impacto, à resiliência climática e às prioridades de prestação de serviços que possam melhorar o crescimento, os retornos fiscais ou a resiliência ao longo do tempo. Uma avaliação ex ante mais rigorosa e uma análise ex post do desempenho são essenciais para distinguir o endividamento produtivo do endividamento fiscalmente prejudicial.
- 4) Investir na interoperabilidade digital entre sistemas de dívida, IFMIS, sistemas de tesouraria, sistemas de projetos e plataformas de reporte para criar visibilidade orçamental em tempo real e reduzir a fragmentação de dados. O FMIS integrado, os sistemas de dívida, as ferramentas de monitorização de projetos e as plataformas de tesouraria devem permitir o reporte quase em tempo real de desembolsos, serviço da dívida, execução de projetos e exposições orçamentais. Os painéis digitais podem melhorar significativamente a tomada de decisões e reduzir a opacidade que muitas vezes alimenta a desconfiança.
- 5) Institucionalizar a responsabilização através de uma supervisão legislativa mais rigorosa, da comunicação com os cidadãos e de um papel claramente definido para os Gabinetes dos Contabilistas-Gerais na prestação de contas e na transparência fiscal. A governação da dívida deve ser apoiada por um escrutínio parlamentar mais rigoroso, pelo envolvimento das instituições superiores de auditoria, por relatórios sobre a dívida pública e por uma comunicação estruturada que explique o objetivo, o custo, os termos e os benefícios esperados das principais decisões de endividamento.

Conclusão

África deve encarar a otimização da dívida soberana como uma agenda de reforma da governação assente na confiança, na transparência e numa estratégia fiscal disciplinada. Uma dívida devidamente gerida amplia o espaço orçamental, apoia a resiliência e acelera o desenvolvimento. Uma dívida mal gerida corrói a legitimidade, enfraquece a prestação de serviços e limita os futuros governos. A AAAG deve, por conseguinte, defender práticas de dívida soberana que reforcem a visibilidade orçamental de todo o governo, melhorem a ligação entre o endividamento e os resultados e posicionem o Gabinete do Contabilista-Geral como um ator central na transparência da dívida, nos relatórios orçamentais e na responsabilização pública.

Apelo à ação

Os governos africanos, as instituições regionais e os parceiros de desenvolvimento devem ir além dos debates sobre o volume da dívida e concentrar-se na qualidade, transparência, utilização e responsabilização em matéria de dívida. O imperativo político imediato é tornar cada unidade de endividamento visível, justificada, mensurável e promotora do desenvolvimento.

ASSOCIAÇÃO AFRICANA DE CONTADORES GERAIS (AAAG)

Lote 488a, Lake Road | Kabulonga – Lusaka, Zâmbia | +260 958120115info@aaag.africa |

www.aaag.africa

Follow us on Social Media



www.AAAG.AFRICA

AFRICAN ASSOCIATION OF
ACCOUNTANTS GENERAL